

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2026.

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, através de videoconferência pelo google.meet, às quinze horas e quinze minutos, teve início a primeira reunião extraordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pela Presidente, senhora Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro, a qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número zero um, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Narson de Sá Galeno (Titular), Jorge Emanuel Amanajás Cardoso (Titular), Arnaldo Santos Filho (Suplente), Marcos Garbe (Titular), Helielson do Amaral Machado (Titular), Elionai Dias da Paixão (Titular), Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular).** **Justificativa de ausência.** O Conselheiro Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem encontra-se de licença nos termos do art. 25 do Regimento Interno.

ITEM 02 - Apresentação do Relatório de Governança referente ao III Trimestre do exercício de 2025, conforme encaminhado por meio do Ofício nº 130204.0077.1552.0060/2025 – ASPLAN/AMPREV. (Assessor Técnico de Planejamento - ASPLAN, sr. José Milton Gonçalves). Iniciando os trabalhos, o senhor Milton Gonçalves explicou que o formato do relatório é muito semelhante ao dos outros trimestres, os quais já foram apresentados aos senhores. O documento possui um sumário interativo, no qual é possível navegar clicando em qualquer um dos itens para acessar diretamente as informações correspondentes. Cabe lembrar que o relatório contém a seção denominada Informações Iniciais, que reúne todos os dados exigidos de forma clara e direta pelo Pro-Gestão. Nessa parte, estão incluídas informações como o quantitativo de servidores, entre outros dados obrigatórios. Portanto, essas Informações Iniciais correspondem aos elementos que, obrigatoriamente, precisam constar no relatório para atender às exigências do Pro-Gestão. Em resumo, para que o relatório esteja em conformidade com o Pro-Gestão, esses dados devem necessariamente estar presentes. A maioria dessas informações é composta por dados solicitados pela ASPLAN aos diversos setores da AMPREV, incluindo diretorias, divisões e demais áreas. Quando essas informações são encaminhadas em formato de relatório, elas são anexadas ao documento principal. Já quando são enviadas especificamente para compor determinado item solicitado, elas são inseridas diretamente no corpo do próprio relatório. Nesta parte do relatório estão presentes tabelas e gráficos, onde são destacadas as principais realizações ocorridas no trimestre. Também são apresentadas informações como quantidade de requerimentos, tempo médio de análise, quantidade e valores pagos em benefícios, receitas, entre outros dados relevantes. Além disso, o relatório também registra eventuais pendências ocorridas no período. Sempre que possível, o relatório apresenta informações referentes exclusivamente ao trimestre analisado, que neste caso corresponde aos meses de julho, agosto e setembro. Quando não é possível extrair os dados apenas desse período, é feita uma comparação com outros períodos ou apresentado um acumulado até o mês de setembro, para melhor compreensão das informações. Não houve mudanças no organograma. Dando continuidade à exposição dos dados numéricos relativos ao quadro de segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Foi destacado o crescimento da massa de servidores ativos, que registrou uma evolução de 23.000 segurados em 2024 para 25.000 em 2025. Detalhamento dos Dados: A apresentação detalhou a distribuição desses servidores entre os regimes Civil e Militar, bem como a segregação entre os Planos Financeiro e Previdenciário. Para fins de transparência e melhor compreensão por parte dos segurados, público-alvo prioritário deste relatório, os dados foram apresentados por meio de recursos gráficos, facilitando a visualização da ampliação quantitativa ocorrida entre os dois períodos. Ressaltou-se o compromisso da gestão em utilizar uma linguagem sucinta e acessível. Ficou consignado que, embora a administração busque converter termos complexos em informações de fácil compreensão para o segurado comum, alguns dados, como o cálculo atuarial, mesmo quando simplificados, não se tornam plenamente acessíveis. Isso se deve ao rigor técnico



dessas projeções, que impõe limites à simplificação, mantendo-se, contudo, o esforço contínuo pela transparência, inclusive sob uma perspectiva pedagógica e visual. Na sequência, apresentou a execução orçamentária, bem como as informações relativas à gestão de investimentos, que constam em anexo. Para a elaboração desta apresentação, foram destacados alguns dados referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres. No primeiro trimestre, registraram-se 184 requerimentos; no segundo, 194; e, no terceiro trimestre, houve um aumento, totalizando 233 processos. Ressalta-se que esses requerimentos correspondem exclusivamente a processos de entrada relacionados à concessão ou revisão de benefícios, não abrangendo processos administrativos de outra natureza. Foi apresentado, ainda, um gráfico específico contendo apenas os processos que deram entrada no terceiro trimestre e que já foram implementados em folha, incluindo aqueles que aderiram ao Programa Incentivado de Aposentadoria - PAI, totalizando 108 processos. Quanto aos processos pendentes de conclusão, verificam-se 25 oriundos do segundo trimestre e 36 do terceiro trimestre. Observa-se que é natural que os processos mais recentes apresentem maior volume em análise, considerando o tempo necessário para sua tramitação. Nesse sentido, no quarto trimestre, há 206 processos que ainda aguardam conclusão. Na sequência, apresentamos o quantitativo de aposentados. Farei essa exposição de forma breve, pois, em seguida, será apresentado um gráfico que permitirá uma visualização mais clara desses dados. Constam, ainda, as diversas modalidades de aposentadoria, bem como as informações relativas aos pensionistas, tanto do regime civil quanto do militar. Apresentamos também um resumo da folha de pagamento, evidenciando o valor pago no mês de setembro. Esses dados são demonstrados graficamente, incluindo o quantitativo do trimestre e a evolução dos últimos três meses (julho, agosto e setembro). Os próximos gráficos apresentam informações sobre os aposentados, pensionistas e, principalmente, o atendimento. Inicialmente, destacamos o quantitativo de beneficiários ativos na folha de pagamento, que compreende aposentados e pensionistas. A título de exemplo, no mês de janeiro, havia 11 processos ainda aguardando análise, referentes a requerimentos protocolados naquele mês. Em relação ao total de beneficiários ativos, registravam-se 5.256 no mês de janeiro, enquanto, no mês de setembro, esse número passou para 5.578 beneficiários. Ressalta-se que parte desse crescimento está relacionada às adesões ao Programa Incentivado de Aposentadoria (PAI). Outra informação relevante refere-se à despesa com a folha de pagamento. No mês de janeiro, a folha totalizava aproximadamente R\$ 62 milhões, passando, no mês de setembro, para cerca de R\$ 72 milhões, o que representa um acréscimo de R\$ 10 milhões no período. Ressalta-se que essa variação encontra-se dentro do esperado. No exercício de 2025, foram processados aproximadamente R\$ 843 milhões em folha de pagamento. Outro dado relevante que acompanhamos é o ticket médio, ou seja, o valor médio dos benefícios pagos aos nossos beneficiários. No mês de janeiro, esse valor era de aproximadamente R\$ 11.000, passando para cerca de R\$ 12.500 no mês de setembro. Outra informação que acompanhamos refere-se aos benefícios cessados. É importante destacar que parte desses benefícios pode vir a se converter em pensão. No ano de 2025, foram registrados 50 benefícios cessados no primeiro trimestre, 66 no segundo trimestre e 59 no terceiro trimestre. Outro dado relevante refere-se ao acompanhamento da receita, cuja apresentação também constitui uma obrigação institucional. No mês de janeiro, o valor arrecadado foi da ordem de R\$ 162 milhões. Ressalta-se que esse montante está consolidado, abrangendo todas as fontes de receita, incluindo contribuições dos segurados, contribuições patronais, valores provenientes de parcelamentos e receitas patrimoniais oriundas dos investimentos. Já no mês de setembro, último mês do trimestre analisado, o valor arrecadado foi de cerca de R\$ 126 milhões. Considerando o acumulado até esse período, a arrecadação total já alcança aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. O próximo gráfico refere-se à despesa. Observa-se que, no mês de janeiro, a despesa total era da ordem de R\$ 76 milhões. Já no mês de setembro, o valor acumulado atinge aproximadamente R\$ 680 milhões. Destaca-se que esse montante contempla todas as despesas da instituição, incluindo os planos financeiro e previdenciário, nas esferas civil e militar, além das despesas administrativas. No mês de janeiro, não houve realização de capacitações. Já no mês de setembro, de um universo de



163 pessoas, 127 participaram de algum tipo de capacitação. Na sequência, apresentamos informações relacionadas à gestão de pessoal, com os respectivos quantitativos devidamente detalhados. Constam, ainda, diversos relatórios em anexo, dentre os quais se destacam o relatório de imagem institucional, as informações relativas ao Código de Ética, bem como dados sobre os atendimentos realizados por meio digital. Também são apresentadas informações referentes ao planejamento estratégico, incluindo links de acesso que direcionam para cada um dos respectivos documentos. Na sequência, constam as informações relativas ao controle interno. Nesse item, são evidenciados os quantitativos de pareceres e manifestações emitidas, diligências realizadas e despachos proferidos, além da descrição das atividades desenvolvidas e da forma como é realizado o monitoramento. Ressalta-se que essas informações integram o conjunto de itens obrigatórios, incluindo também o Código de Ética, com a devida indicação dos links para acesso. Na sequência, apresentamos os canais de atendimento disponibilizados pela instituição. Dentre eles, destaca-se o atendimento agendado, cujo acesso pode ser realizado por meio do link disponibilizado. Apresentamos, ainda, um gráfico que demonstra os atendimentos realizados por meio digital, incluindo aqueles efetuados via internet e por meio de chamados. O planejamento das ações, que integra o nosso planejamento estratégico. Também demonstramos como funciona a estrutura de governança e os mecanismos de autocontrole da gestão, evidenciando sua atuação como instrumentos de controle e acompanhamento. Informações relativas à prestação de contas dos conselhos, abrangendo o CEP, o COFISPREV e o CIAP. Também constam os dados que devem ser publicados, incluindo as informações referentes aos conselheiros, em atendimento às exigências de transparência. Execução orçamentária, evidenciando os programas e ações devidamente previstos no orçamento, bem como aspectos relacionados à gestão de pessoal e à terceirização. Nesse item, são apresentados dados de pessoal e informações sobre os gastos por trimestre, considerando os últimos três anos, o que permite analisar a evolução dessas despesas ao longo do tempo. Também retomamos o quantitativo de capacitações anteriormente demonstrado em gráfico, além das informações sobre salários e vencimentos, detalhadas mês a mês, ao longo dos trimestres, nos últimos três anos. Dessa forma, é possível acompanhar, de forma sistematizada, a evolução desses dados em cada período analisado. Neste item tratamos da mão de obra terceirizada, com a relação dos processos correspondentes. Apresentamos também informações sobre a gestão patrimonial, incluindo dados sobre os imóveis, eventuais baixas de bens patrimoniais e o relatório de tecnologia da informação, que integra os anexos deste documento. Na sequência, constam informações sobre a gestão de recursos renováveis, contemplando o reaproveitamento de materiais, por meio de devolução, reciclagem ou destinação a empresas especializadas. A parte de licitações também é apresentada em anexo, assim como os contratos administrativos, que constam no relatório da gerência administrativa. Incluímos, ainda, um panorama das obras, indicando sua situação em execução, planejamento ou outras condições. São indicados também os sites institucionais onde são publicadas as informações relativas às licitações, garantindo transparência ao usuário. As informações contábeis solicitadas integram o relatório na forma de anexos, assim como outras informações de gestão exigidas, incluindo aquelas requeridas pelo Tribunal de Contas. Apresentamos, ainda, uma informação de grande relevância: a compensação previdenciária (COMPREV), que passa a integrar o relatório na forma de anexo. Trata-se de um material de extrema importância, cuja leitura é recomendada ao Conselho Fiscal, a fim de verificar o pleno funcionamento desse mecanismo. Destaca-se que a compensação previdenciária constitui uma das fontes de receita da instituição e, no exercício de 2025, alcançou um volume significativamente elevado. Na conclusão do relatório, iniciam-se os anexos do relatório de governança referentes ao trimestre. O primeiro anexo apresentado é o relatório contábil, que traz a explicação detalhada das informações financeiras, acompanhado da declaração do contador, atestando que a contabilidade foi elaborada em conformidade com as normas vigentes. Constam, ainda, as notas explicativas, que têm por finalidade esclarecer eventuais dúvidas e detalhar ocorrências relevantes no âmbito contábil, bem como a respectiva declaração de conformidade dessas notas. Na sequência, apresentamos diversos relatórios, todos



previstos em lei, que são anexados ao relatório principal. Dentre eles, destaca-se o relatório do cálculo atuarial, que possui caráter técnico e bastante robusto. Há também o relatório financeiro, igualmente relevante, que reúne informações já conhecidas por este Conselho, considerando a análise mensal dos processos de investimento, nos quais esses dados são regularmente apresentados. Consta, ainda, a prestação de contas do CEP – Conselho de Estado da Previdência, contendo o registro das reuniões realizadas, suas datas, pautas e as decisões deliberadas. Na sequência, apresenta-se a prestação de contas do Conselho Fiscal, que, de forma semelhante, traz a relação dos conselheiros, as reuniões realizadas, suas respectivas pautas, os custos envolvidos e as deliberações adotadas, evidenciando a transparência das atividades do colegiado. Integra também o conjunto de anexos o relatório de execução orçamentária, peça fundamental que detalha as despesas por elemento e sub-elemento, abrangendo tanto a despesa administrativa quanto aquelas relacionadas aos planos financeiro e previdenciário. Apresenta-se, ainda, o relatório da Gerência Administrativa, com informações sobre os contratos, especificando seus objetos e respectivos custos. No que se refere à tecnologia da informação, o relatório correspondente contempla aspectos relacionados à gestão de dados, segurança da informação, controle de acesso e a estrutura da equipe responsável, demonstrando como esses processos são conduzidos na instituição. Conforme já mencionado, a maioria dos setores elabora relatórios próprios para atender às exigências do Pró-Gestão, os quais são devidamente anexados ao relatório principal. Relatório da arrecadação, que detalha informações relativas a parcelamentos, valores de créditos e débitos, bem como notificações encaminhadas ao Poder Executivo e aos demais Poderes. As informações encontram-se detalhadas, com planilhas atualizadas referentes ao trimestre específico, incluindo todas as informações sobre a arrecadação, consolidadas no respectivo relatório. Apresenta-se também o relatório do setor de planejamento, que contempla os indicadores institucionais. Na sequência, temos o relatório da Ouvidoria, que reúne as demandas recebidas e funciona como um importante termômetro para aferir o nível de satisfação dos segurados. Nesse relatório, são demonstrados os quantitativos de manifestações nos meses de julho, agosto e setembro, bem como a distribuição por tipo de canal de atendimento. Constam, ainda, gráficos que evidenciam os atendimentos realizados de forma presencial e por meio do site, além da classificação das manifestações por tipo e seus respectivos percentuais. Quanto à classificação das manifestações, estas se distribuem entre solicitações, reclamações e denúncias, destacando-se que, no trimestre analisado, não houve registro de denúncias. O total de manifestações foi de 117. Trata-se, portanto, de um relatório de grande relevância, por permitir uma visão clara das demandas dos segurados. Apresenta-se, ainda, um gráfico que consolida essas informações, demonstrando, de forma visual, a distribuição entre solicitações, reclamações e denúncias, além de sintetizar os assuntos mais recorrentes no período. Observa-se que as demandas registradas na Ouvidoria tendem a refletir diretamente as situações vivenciadas na previdência em cada mês, funcionando como um importante indicador das principais ocorrências e necessidades dos segurados. Relatório da Assessoria de Comunicação, que demonstra indicadores relacionados ao acesso e à visualização das informações institucionais, especialmente no site e nas redes sociais. O objetivo é verificar se os segurados estão, de fato, acessando as informações diretamente nas fontes oficiais, garantindo maior transparência e confiabilidade na comunicação. Essas informações são apresentadas por meio de gráficos extraídos de sistemas de análise, que permitem acompanhar o comportamento de acesso dos usuários. Destaca-se, ainda, um gráfico específico do site institucional, que evidencia o volume de acessos às diferentes páginas, possibilitando identificar quais conteúdos despertam maior interesse dos segurados e orientar ações de comunicação mais efetivas. Aqui apresentamos o último relatório, referente à Diretoria de Benefícios Militares, no qual são demonstradas informações específicas dessa área, incluindo aspectos relacionados à compensação previdenciária no âmbito militar. Essa é a apresentação do Relatório de Governança referente ao terceiro trimestre, elaborada em cumprimento ao que dispõe o Manual do Pró-Gestão. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Presidente Adrilene** agradeceu ao assessor Milton, em seguida colocou a palavra à disposição dos



demais conselheiros para manifestação. **O Conselheiro Elionai** pontuou que o relatório apresentado pelo assessor Milton demonstra solidez e transmite ampla confiança técnica. Ressaltou que, embora o colegiado esteja recepcionando as informações de imediato, em momento oportuno, o material permite que o COFISPREV realize uma análise de tópicos específicos, distinguindo o ato de ciência da informação do ato de análise aprofundada. Concluiu que, sob sua visão inicial, não há óbices ou questionamentos ao conteúdo, recomendando a recepção do relatório por considerá-lo amplo, completo e representativo.

O Conselheiro Narson pontuou que a maior parcela das receitas de compensação previdenciária provém do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Questionou, entretanto, se os dados financeiros apresentados pelo sistema Comprev passam por uma análise prévia e detalhada pela própria AMPREV, ou se as informações são aceitas conforme disponibilizadas pelo sistema, sem uma conferência interna específica sobre a composição dos valores. **O Sr. Milton Gonçalves** esclareceu que, embora não pudesse confirmar se os relatórios detalhados são encaminhados individualmente aos conselheiros, o Conselho Fiscal possui total autonomia e competência para solicitar tais esclarecimentos. Ressaltou a relevância do tema e sugeriu que o Colegiado, no exercício de suas atribuições, demande a apresentação de dados e informações acerca de qualquer tema específico que julgar pertinente, visando garantir a lisura e a precisão dos registros analisados. **O Conselheiro Arnaldo** parabenizou o assessor Milton pela apresentação, destacando a consistência das informações e sua utilidade para as deliberações diárias do Conselho Fiscal. Ressaltou, contudo, que a celeridade da exposição e a densidade do conteúdo demandam um contato mais prolongado com o material. Nesse sentido, sugeriu que o colegiado tenha maior proximidade com os trabalhos elaborados pela ASPLAN, visando o aprofundamento técnico e o melhor aproveitamento das atividades de fiscalização. **O Conselheiro Marcos** ressaltou que observou a necessidade de aquisição de um gerador de energia, item este já apontado nos relatórios do primeiro, segundo e terceiro trimestres sem evolução no status de atendimento. Destacou a ausência de informações sobre a abertura de processo licitatório ou de justificativas técnicas que fundamentem a eventual não contratação, permanecendo a pendência sem solução ou providência administrativa. **O sr. Milton Gonçalves** esclareceu que, em virtude da aguardada mudança de sede, algumas demandas e observações tendem a se repetir nos relatórios trimestrais dos setores. Informou que, embora o processo de aquisição do gerador ainda não tenha tramitado formalmente pelo setor de Planejamento, temos previsão orçamentária para aquisição de material classificado como de extrema importância para a Tecnologia da Informação. Ressaltou, ainda, que a medida visa mitigar o risco de indisponibilidade dos sistemas em casos de interrupção no fornecimento de energia, assegurando a continuidade dos serviços essenciais por meio da referida solução técnica. **O Conselheiro Jorge** parabenizou o assessor Milton pela apresentação, pontuando que, devido à extensão e à complexidade do relatório, ressaltou a importância de o colegiado se debruçar sobre o conteúdo para aprofundamento em pontos específicos. **O Conselheiro Helielson** agradeceu pela apresentação, classificando-a como objetiva e tecnicamente consistente. **O Conselheiro Jurandil** ressaltou que o relatório é denso e atende às exigências do Pró-Gestão. Pontuou a necessidade de maior detalhamento analítico em itens específicos, por exemplo, o questionamento feito anteriormente sobre a repetição em todos os trimestres de itens pendentes de providências. No que tange aos demonstrativos de investimentos, o Conselho Fiscal vem solicitando a inclusão do parecer técnico do Controle Interno nos processos, para que este atue dentro de suas atribuições, servindo como importante subsídio para as deliberações deste Colegiado. **A Presidente Adrilene** agradeceu ao sr. Milton Gonçalves pela apresentação realizada e deixou-o à vontade para permanecer na reunião, caso fosse de seu interesse. **O sr. Milton Gonçalves** colocou-se à disposição do colegiado, expressou sua satisfação em poder contribuir para o conhecimento das informações constante no relatório apresentado. Ressaltou que, para as próximas apresentações de relatório, poderá aprofundar-se em temas específicos conforme a necessidade do Conselho, desde que solicitado com antecedência para a consolidação dos dados. Por fim, retirou-se da sessão para que fosse dado prosseguimento com a pauta. O Conselheiro Arnaldo apresentou a certidão de ciência do



relatório, com a seguinte redação: O Conselho Fiscal da Amapá Previdência reuniu-se em sua 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de janeiro de 2026, para apreciar a apresentação do Relatório de Governança referente ao III Trimestre do exercício de 2025. Conforme previsto no Manual do Pró-Gestão, cabe a este Colegiado da AMPREV tomar conhecimento dos referidos relatórios. O Assessor Técnico de Planejamento - ASPLAN, Sr. José Milton Gonçalves, realizou a explanação acerca das informações constantes nos Relatórios de Governança, registrando-se a intervenção dos Conselheiros exclusivamente para esclarecimentos e apresentação de sugestões. Pelo exposto, este Colegiado consigna ciência quanto ao Relatório de Governança apresentado e encaminha para as demais deliberações pertinentes. Todos concordaram com a redação, após as assinaturas será encaminhado para a ASPLAN. **ITEM 03 – Comunicação dos Conselheiros.** Não houve. **ITEM 04 – O que ocorrer.** Próxima agenda de reunião será dia 14 de janeiro de 2026. E nada mais havendo a tratar, a Presidente do COFISPREV encerrou a reunião às dezessete horas e onze minutos, agradecendo a presença de todos. A ata foi redigida por mim, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, e será assinada pelos Conselheiros e Conselheira presentes. Macapá - AP, 7 de janeiro de 2026.

Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro
Conselheira Titular/ Presidente do COFISPREV

Narson de Sá Galeno
Conselheiro Titular/Vice-Presidente do COFISPREV

Elionai Dias da Paixão
Conselheiro Titular

Jorge Emanuel Amanajás Cardoso
Conselheiro Titular

Arnaldo Santos Filho
Conselheiro Suplente

Jurandil dos Santos Juarez
Conselheiro Titular

Marcos Garbe
Conselheiro Titular

Helielson do Amaral Machado
Conselheiro Titular

Josilene de Souza Rodrigues
Secretária

